

## INTRODUÇÃO

*É a relação política que permite pensar  
o sujeito político, e não o contrário.*

JACQUES RANCIÈRE

Este número especial da *Lua Nova – Revista de Cultura e Política* pauta a política contemporânea de modo específico. Muito além da *gestão* política feita por governos, eleições ou políticas públicas, os autores foram buscar o *conflito* político lá onde se costuma ver somente incivilidade e privação. Os territórios investigados pelos artigos aqui reunidos incluem favelas, sertões, ruas e prisões; entre os protagonistas das narrativas há imigrantes ilegais, moradores de rua, pichadores, traficantes e ladrões. Bem perto deles, entretanto, há invariavelmente atores “legítimos” do mundo social: assistentes sociais, representantes da justiça, fiscais do Estado e, sobretudo, as forças da ordem. A reflexão sobre a política que se extrai da relação entre esses personagens é peculiar, sobretudo porque os autores, em sua maioria, não se propuseram expressamente a fazê-la. Foi na leitura conjunta dos textos que a questão política emergiu, ao menos para mim, de modo explícito.

Na leitura das provas do volume, aos poucos dei-me conta de que os contingentes “marginais” da população têm estado no centro da tradição e, mais do que isso, da reno-

vação do pensamento político moderno. Simmel já tematizava tipos urbanos como o estrangeiro e a prostituta num então novo mundo público, urbano; Foote-Whyte, convivendo com “rapazes de esquina”, mostrou como operavam as relações políticas em Boston. Hannah Arendt tematizou a condição “pária” de judeus, minorias étnicas e apátridas ainda no início dos anos 1940, e tal reflexão fundamentou seu pensamento político nas décadas seguintes. Michel Foucault também partiu de pequenas histórias de “homens infames”, loucos, parricidas, hermafroditas e pervertidos para construir uma genealogia do poder. Jacques Rancière escreveu “*aux bords du politique*” na virada para os anos 1990, tendo em sua filosofia ex-operários e imigrantes *sans papiers* como personagens recorrentes.

10 Todo o campo dos *subaltern studies* e dos estudos pós-coloniais nasceu, no final do século passado, recuperando tradições teóricas e campos de pesquisa empírica em geral invisibilizados pelo *mainstream* acadêmico. Mahmood Mandani, por exemplo, toma o genocídio em Ruanda para pensar o Estado e, em Veena Das, a etnografia de rotinas domésticas termina por conformar análises de amplo espectro sobre os sentidos do poder e da violência.

Os autores aqui presentes – nomes consagrados das ciências sociais, no Brasil e no exterior, ou jovens e promissores pesquisadores – foram convidados a apresentar seus trabalhos pelo fato de estudarem populações, territórios e circuitos sociais considerados “marginais”. Em um plano inicial, portanto, eram as dimensões empírica e comparativa que alinhavariam o volume. Os textos enviados, no entanto, ao invés de seguirem a tradição de estudos nesse campo, que situou seus objetos na contramão do “legítimo” (a família, a religião, o trabalho, a moral etc.), mostraram, justamente, os nexos que se desenham *entre* esses mundos de práticas. A afinidade entre os artigos, então, mudou de estatuto.

Pois esse deslocamento de perspectiva, por si só, modifica todo o jogo de referências teórico-analíticas em questão. De saída recusam-se os óculos da ausência, que projetaram durante muito tempo sobre os *outsiders* premissas acerca do que eles não eram e, pior, do que *deveriam ser*. E se em cada texto o leitor encontra descrições pormenorizadas dos porões da vida social, as dimensões analítica e teórica as acompanham passo a passo. Lançando luz interpretativa acerca de cotidianos, conflitos pessoais, poderes e discursos em disputa, os artigos do número reagem tanto às análises dicotômicas do social quanto ao relativismo pós-moderno, encarando a complexidade das conexões entre os espaços pelos quais seus objetos empíricos transitam. Assim, verifica-se nos trabalhos as múltiplas formas tomadas pela subjetivação política contemporânea. Da perspectiva “marginal”, por isso, surgem relações políticas polissêmicas e quase sempre invisíveis ao mundo normalizado, das quais emergem *outros* sujeitos.

Na abertura do número, entretanto, Michel Misse já adverte os mais entusiasmados: não se trata de celebrá-los, tal como fossem esses sujeitos portadores da boa nova democrática. Trata-se de *compreender* os modos de sua subjetivação. Nada simples, embora o autor facilite a tarefa. Refletindo justamente sobre a gênese e os significados da categoria “bandido” no Brasil, Misse encara as “teorias do sujeito” e condensa anos de pesquisa empírica na elaboração teórica da noção de “sujeição criminal”, que já reverbera nos debates da área.

O diálogo dessa elaboração com o texto de Karina Biondi e Adalton Marques é imediato. Os autores apresentam, inovando em forma e conteúdo, um debate ficcional entre dois prisioneiros paulistas, de facções rivais: o Primeiro Comando da Capital e o Comando Revolucionário Brasileiro do Crime. Da confrontação entre eles não apenas depreende-se muita “realidade”, como também a multiplicidade de perspectivas – e linguagens – pelas quais uma história

pode ser contada. Relações políticas, diriam os autores. “Bandidos!”, gritariam outros.

Em seguida, Daniel Cefaï apresenta ao leitor brasileiro uma etnografia primorosa da relação entre moradores de rua e assistentes sociais em Paris; da descrição dos odores de corpos carcomidos pelo frio surge, além de um texto belíssimo, um espécime raro ao leitor brasileiro de composição entre teoria e densidade empírica, características do *tour-nant pragmatiste* desta década na sociologia francesa.

Cibele Rizek, Isabel Georges e Carlos Freire da Silva descrevem os padrões contemporâneos de migração que bolivianos (e coreanos) tecem no centro e nas periferias de São Paulo e Buenos Aires. Nos dramas de suas trajetórias vislumbra-se a nova territorialidade da indústria têxtil transnacional; nas margens da regulação estatal riscam-se as garantias e imprime-se o precário; nas oficinas de trabalho intensivo, o “custo chinês” costura no direito do trabalho a etiqueta da obsolescência.

12

Os *pixadores* (agora com *x*) etnografados por Alexandre Barbosa Pereira, também em trânsito entre as periferias e o centro da metrópole, escapam à alcunha fácil do “vândalo” e se mostram a conhecer. Surpresa: suas marcas são legíveis, suas cifras são trocadas entre eles e, na “leitura dos muros” que elas permitem, desvelam-se códigos de reciprocidade de outro mundo urbano. Nele, risco, protesto, contravenção e repressão policial compõem uma *estética* e, portanto, uma partilha política do sensível, no sentido de Rancière.

Jorge Villela viaja ao sertão de Pernambuco e, em dia de eleição municipal, descreve conflitos nada triviais – o que se nota pelos desdobramentos teóricos que adensam as referências do artigo – entre grupos de moradores da pequena cidade de Jordânia e representantes da justiça eleitoral. A etnografia da política se converte numa antropologia das relações de poder e, no limite, numa *outra* ciência da moral, muito distinta daquela proposta por Durkheim.

O número se conclui com um artigo de minha autoria em que, em diálogo com os textos aqui reunidos, discuto a política, a gestão e a violência nas fronteiras contemporâneas entre as periferias de São Paulo e o mundo público. Ansiando que a leitura deste volume seja tão prazerosa quanto foi organizá-lo, registro aqui meus agradecimentos sinceros aos editores da *Lua Nova* – Cicero Araujo, Elide Rugai Bastos e, especialmente, Adrián Gurza Lavalle; seu estímulo acadêmico se transformou em amizade e a leveza de sua condução marcou a elaboração desta proposta. Gil do Marçal Brandão estimulou as ideias iniciais deste número, que dedicamos agora à sua memória.

Gabriel de Santis Feltran, fevereiro de 2010